

# Diário do Legislativo de 26/08/2008

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1- 39ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Colônia Nipo-Brasileira de Minas Gerais pelos 100 Anos da Imigração Japonesa para o Brasil

### 1.2 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Plenário

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

ATA DA 39ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 21/8/2008

Presidência do Deputado Vanderlei Miranda

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução dos Hinos do Japão e Nacional - Palavras da Deputada Cecília Ferramenta - Palavras do Deputado Chico Uejo - Apresentação musical - Entrega de placas - Palavras do Sr. Rinaldo Campos Soares - Apresentação artística - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem a Deputada e os Deputados:

Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Vanderlei Miranda.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Vanderlei Miranda) - Às 20 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### Atas

- O Deputado Chico Uejo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Masahiro Fukukawa, Cônsul-Geral do Japão no Rio de Janeiro; Rinaldo Campos Soares, Cônsul-Geral Honorário do Japão em Belo Horizonte e Presidente Executivo da Comissão Mineira Organizadora das Comemorações do

Centenário da Imigração Japonesa no Brasil; General-de-Divisão José Mário Facioli, Comandante da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Exército; Prof. Carlos Sigueyuki Sedyama, Reitor da Universidade Federal de Viçosa; José Alcino Bicalho, Cônsul do Reino do Marrocos; e Paulo Uejo, Prefeito Municipal de São Gotardo; a Exma. Sra. Deputada Cecília Ferramenta e o Exmo. Sr. Deputado Chico Uejo, co-autores do requerimento que deu origem a esta homenagem.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a colônia nipo-brasileira de Minas Gerais pelos 100 anos da imigração japonesa para o Brasil.

#### Execução dos Hinos do Japão e Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino do Japão e o Hino Nacional, executados pelo Coral da Associação Mineira de Cultura Nipo-Brasileira, sob a regência do maestro Tosiuki Tanaka.

- Procede-se à execução dos Hinos do Japão e Nacional.

#### Palavras da Deputada Cecília Ferramenta

Sr. Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, muito nos honra a presença do Sr. Masahiro Fukukawa, ilustre Cônsul-Geral do Japão. Na pessoa do Dr. Rinaldo Campos Soares, Cônsul-Geral Honorário do Japão em Belo Horizonte, cumprimento as autoridades que compõem a Mesa. Na pessoa do Sr. Fuminori Kanegane, Presidente da Associação de Cultura Nipo-brasileira de Ipatinga, nesta oportunidade representada pelo Sr. Massaharu Mine, gostaria de agradecer a presença de todos.

Senhoras e senhores, o centenário representa um marco histórico de amizade, trabalho e conquistas dos imigrantes japoneses e de seus descendentes no Brasil. Para marcar essa data e contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento das relações entre mineiros e japoneses, apresentamos o Projeto de Lei de nº 2.111, que institui o dia 18 de junho como o Dia da Comunidade Japonesa em Minas Gerais. O objetivo é estabelecer uma data para renovarmos, anualmente, os laços de amizade, hoje centenários, que têm gerado benefícios para os dois povos. Em Minas Gerais, os japoneses chegaram num momento crucial da nossa história, trazendo contribuições decisivas para o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado. A implantação da Usiminas em Ipatinga foi o primeiro grande investimento nipônico no exterior, no período pós-guerra, há 50 anos. Com muita honra, fizemos esse requerimento, pois somos de Ipatinga, representamos o Vale do Aço. Para nossa região, os japoneses têm grande importância.

Os investimentos japoneses, que fizeram da Usiminas o maior complexo de aços planos da América Latina, estimularam outros empresários japoneses a reforçar as relações comerciais com as empresas mineiras e a cooperação Minas-Japão se consolidou ainda mais, sobretudo no Vale do Aço. Por isso a Usiminas é símbolo de uma parceria exitosa entre os dois países, e o Dr. Rinaldo Campos Soares representa a sintonia existente entre mineiros e japoneses, sendo amplamente respeitado pelos dois lados e merecedor do título de Cônsul-Geral Honorário do Japão em Belo Horizonte. Há 100 anos, os imigrantes pioneiros chegaram ao País com a esperança no futuro e iniciaram a construção da maior comunidade japonesa no exterior. Hoje o Brasil agrega cerca de um milhão e meio de japoneses e descendentes. Temos de agradecer aos japoneses o legado na trajetória brasileira, por atuarem no nosso processo de desenvolvimento econômico e social e por contribuírem para a construção de novos rumos para o Brasil. A vocês, japoneses, o nosso muito obrigada. A nossa amizade, cooperação mútua e irmandade são para sempre, e vamos comemorar ainda outros centenários e muitas parcerias futuras. Um grande abraço a todas e a todos. Obrigada.

#### Palavras do Deputado Chico Uejo

Caro Deputado Vanderlei Miranda, que hoje preside esta reunião, e Exmo. Sr. Masahiro Fukukawa, Cônsul-Geral do Japão no Rio de Janeiro, nas pessoas de quem quero cumprimentar toda a Mesa, já nomeada; senhoras e senhores, jovens e crianças, que hoje vieram prestigiar na Assembléia Legislativa de Minas Gerais data tão importante. Meu avô chegou ao Brasil no ano de 1918. Trabalhou em lavouras em Santos e São José dos Campos e fixou-se em Lucélia, no interior de São Paulo, onde meu pai, o mais novo de 11 irmãos, nasceu. Como todo imigrante, passou por muitas dificuldades, viu quatro de seus filhos morrerem ainda jovens, acometidos por doenças desconhecidas por ele, com pouca ou nenhuma assistência médica. Apesar de todas essas dificuldades, realizou também o sonho que o trouxera ao Brasil: conseguiu sua terra, melhorou suas condições de sobrevivência, viu seus filhos e netos se integrarem ao povo brasileiro, sendo respeitados e ascendendo socialmente. Teve tempo de ver seu filho mais novo se formar em medicina, tornar-se médico, ou "ishia", uma grande honra inclusive no Japão, o que foi motivo de muito orgulho. Infelizmente, não teve tempo para ver este mesmo filho, Dr. Paulo Uejo, meu pai, tornar-se o primeiro descendente de japoneses eleito Prefeito em Minas Gerais. Gostaria que ele estivesse aqui neste momento. Ficam aqui minhas homenagens a meu pai e a meu avô.

Neste ano em que comemoramos o centenário da imigração japonesa ou o ano do intercâmbio Brasil-Japão, comemoramos principalmente a amizade desses dois povos. Amizade que ajuda e impulsiona o desenvolvimento dos dois países. É um momento importante para refletir sobre os últimos 100 anos e os próximos 100 e igualmente importante para reconhecer que nossa amizade se baseia em esforços mútuos: tão determinantes quanto as características de trabalho, honestidade e persistência dos japoneses para o seu sucesso foi a imensa generosidade do povo brasileiro, que, já nos primeiros anos de imigração, concedeu aos japoneses todos os direitos que os brasileiros possuíam, possibilitando não apenas a integração dos povos mas também a ascensão social desses imigrantes. São muitas as festividades que estão marcando o ano do centenário da imigração japonesa. Para Minas, vai ser para sempre o ano em que Nossa Alteza, o príncipe herdeiro do Japão, visitou seus súditos mineiros. Os nossos agradecimentos ao Governador Aécio Neves, que teve a sensibilidade de preparar uma recepção no Palácio da Liberdade digna de Nossa Alteza, o que muito nos orgulhou. Agradecemos os esforços do Prefeito Fernando Pimentel, do Cônsul-Geral do Japão no Rio de Janeiro, Sr. Masahiro Fukukawa, do Cônsul-Geral Honorário do Japão em Belo Horizonte, Dr. Rinaldo Campos Soares, agradecemos à Usiminas, à Fiemg e à Associação Mineira de Cultura Nipo-brasileira, responsáveis pela construção do jardim japonês, que marcou a passagem do Príncipe Naruhito em Minas, oferecendo aos mineiros um pedacinho do Japão aqui, em Belo Horizonte. Parabenizamos também as Associações Nikkeis, que têm a responsabilidade de manter vivas as tradições nipônicas e de transmitir a todos os interessados, descendentes ou não, os valores e a filosofia japonesa. Esse é um grande desafio que acredito possa ser vencido, principalmente se unirmos a força das 17 associações existentes em Minas com esse objetivo. Se o Palácio da Liberdade teve a honra de receber Nossa Alteza, a Assembléia Legislativa, a Casa dos mineiros, está tendo hoje a honra de receber e homenagear os súditos de Nossa Majestade, o Príncipe herdeiro do Japão. Uma justa homenagem aos mineiros de olhos puxados, que tanto contribuem para o desenvolvimento de Minas Gerais. Muito Obrigada.

#### Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a assistirem à apresentação do Grupo de Taiko do Colégio Dimensão - Rede Pitágoras, da cidade de São Gotardo.

- Procede-se à apresentação musical.

## Entrega de Placas

O locutor - Neste momento, a Deputada Cecília Ferramenta e o Deputado Chico Uejo farão a entrega a cada um dos representantes de associações nipo-brasileiras de placa alusiva a esta homenagem. As placas a serem entregues aos representantes das associações contêm os seguintes dizeres: "Centenário da imigração japonesa para o Brasil. Homenagem do Parlamento mineiro à comunidade nipo-brasileira em Minas Gerais pela inestimável contribuição ao desenvolvimento do Estado."

Para receber as placas, convidamos os representantes da Associação Beneficente Cultural Esportiva de São Gotardo, da Associação Cultural Beneficente Esportiva Nipo-Brasileira de Patrocínio, da Associação Cultural Esportiva Nipo-Brasileira de Carandaí, da Associação Cultural Esportiva Nipo-Brasileira de Paracatu, da Associação Esportiva Nipo-Carmense, da Associação Cultural Esportiva Nipo-Brasileira de Poços de Caldas, da Associação Cultural Sul de Minas, da Associação Cultural Esportiva Nipo-Brasileira da Mantiqueira, da Associação de Janaúba, da Associação dos Cooperados de Pirapora, da Associação Mineira de Cultura Nipo-Brasileira, da Associação Nipo-Brasileira de Ipatinga, da Associação Nipo-Uberaba, da Associação Nikkei de Araguari, da Associação Nikkei de Araxá e da Associação Nikkei de Uberlândia.

- Procede-se à entrega das placas.

O locutor - Neste momento, o Deputado Vanderlei Miranda, neste ato representando o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Sr. Rinaldo Campos Soares, Cônsul-Geral Honorário do Japão em Belo Horizonte, de placa alusiva também a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "No ano em que se comemoram os 100 anos da imigração japonesa para o Brasil, a Assembléia Legislativa presta uma especial homenagem ao Sr. Rinaldo Campos Soares, Cônsul-Geral Honorário do Japão em Belo Horizonte. Mineiro de Divinópolis, esse grande homem, que já é detentor de diversos títulos e comendas, tem contribuído de maneira decisiva para o desenvolvimento do Estado, ao agregar a colaboração da comunidade nipo-brasileira que vive em Minas Gerais."

- Procede-se à entrega da placa.

## Palavras do Sr. Rinaldo Campos Soares

Exmos. Srs. Deputado Vanderlei Miranda, neste ato representando o Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho; Masahiro Fukukawa, Cônsul-Geral do Japão no Rio de Janeiro; Gen.Div. José Mário Facioli, nosso Comandante da 4ª Região Militar do Exército; Deputado Federal Luiz Fernando Faria; Paulo Uejo, Prefeito de São Gotardo; Deputada Estadual Cecília Ferramenta, co-autora do requerimento que deu origem a esta solenidade; Deputado Estadual Chico Uejo, co-autor do requerimento que deu origem a esta homenagem e que saudou aqui o seu pai e o seu avô com tanta emoção, uma das características dos valores da cultura japonesa, que é a família; Carlos Sigueyuki Sedyama, Reitor da Universidade Federal de Viçosa; José Alcino Bicalho, Cônsul do Reino do Marrocos; associações presentes, entre tantas as de São de Gotardo, Carandaí, Poços de Caldas, Mantiqueira, Ipatinga, Patrocínio, Paracatu, a Esportiva Carmense e a Mineira, que aqui vieram para receber esta homenagem; minhas senhoras e meus senhores, quero saudar a presença de todos, ressaltando a significância deste momento em que a egrégia Assembléia Legislativa de Minas Gerais, a Casa do povo mineiro rende homenagens ao legado de lutas e de conquistas de mineiros e japoneses. Personagens que venceram o tempo e, mesmo com a diferença de hábitos e da geografia, subiram ao palco da história para romperem 2008 de braços dados, comemorando 100 anos de amizade. De fato, um século de história. Os bons ventos trouxeram às margens do nosso país os primeiros imigrantes japoneses. Comungando labor e sonhos, eles marcaram a gênese de uma geração que viria a ser a maior comunidade japonesa do mundo fora das fronteiras nipônicas e que encontrou, também em terras mineiras, um ambiente próspero para se frutificar.

No ano das comemorações do centenário da imigração japonesa no Brasil, é premente ressaltarmos a devida importância da contribuição de nossa comunidade Nikkei na formação da identidade empreendedora de Minas. Essa força econômica é notável especialmente no Vale do Aço, região que recebeu de braços abertos os bravos pioneiros nipônicos, que tanto contribuíram para tornar a Usiminas e a Cenibra símbolos de prosperidade. Da mesma forma, não poderia deixar de citar a contribuição do capital japonês para o desenvolvimento de nossa agricultura por meio do Projeto Cerrado, que, desde os anos 70, tem impulsionado a produção agrícola do Estado, notadamente no Município de São Gotardo. E, quando vemos aqui reunidos representantes dessas e de outras diversas associações nipo-brasileiras de Minas, somos instados ainda mais a reconhecer e valorizar a presença desses imigrantes nas raízes históricas do nosso Estado. Estamos, senhoras e senhores, envolvidos em torno deste desafio. Estamos trabalhando este ano na aglutinação de influentes agências públicas e privadas, entidades que, sensíveis ao ensejo, celebram oficialmente o compromisso dos mineiros de se lançarem partícipes das comemorações do centenário da imigração. Junto a nós, portanto, o governo de Minas, a Prefeitura de Belo Horizonte, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e a Associação Mineira de Cultura Nipo-Brasileira criaram a Comissão Organizadora do Centenário em Minas, com a missão de formular e administrar uma agenda de eventos e marcos comemorativos alusivos ao Japão que há em nossa terra. Desde o início deste ano, colocamos em curso uma extensa programação cultural, iniciada com o Encontro Mundial de Artes Cênicas em Belo Horizonte, no mês de março, e que até o final do ano seguirá agregando ao calendário cultural da cidade um recorte das artes japonesas, seja na dança, no cinema, no artesanato, na música, seja no teatro. Com muito orgulho, inauguramos o auditório da Associação Mineira de Cultura Nipo-Brasileira em Belo Horizonte, finalizamos a restauração da sede da Associação Nipo-Brasileira de Ipatinga e descortinamos, no jardim zoológico, o belíssimo Jardim Japonês de Belo Horizonte, que constitui um venturoso e delicado diálogo entre natureza, costumes e culturas. Ainda neste ano, pretendemos inaugurar o Memorial da Imigração Japonesa do Parque Ecológico da Pampulha. Certamente este será um dos mais significativos marcos arquitetônicos e culturais do centenário no Brasil. Em seus 400m<sup>2</sup> de área construída, simbolizará uma ponte entre o Brasil e o Japão e contará ainda com uma instalação interna do renomado cenógrafo Paulo Pederneiras, apta a receber também ações de cunho socioeducativo, como visitas orientadas para estudantes de instituições públicas e privadas de ensino. É portanto, senhoras e senhores, sob a ótica dessa programação e à luz do centenário da imigração que se realiza orgulhosamente esta solenidade. E, ao encerrar esta minha mensagem, gostaria de reiterar o meu agradecimento diante do apoio que tenho recebido na Presidência Executiva da Comissão Organizadora das Comemorações do Centenário da Imigração em Minas. Reservo também especial gratidão à Deputada Cecília Ferramenta e ao Deputado Chico Uejo, pela oportuna iniciativa de congregar diversas representações da comunidade nikkei mineira, evidenciando a grandeza política com que esta Casa acolhe a memória de sua própria terra.

Por fim, agradeço penhoradamente a homenagem a mim prestada, na confiança de estar correspondendo à auspiciosa responsabilidade de estimular a consolidação das sinergias Brasil-Japão, no posto de Cônsul-Geral Honorário em Belo Horizonte, uma tarefa que muito me honra, ainda mais em uma data tão especial como o centenário, tempo de refletirmos sobre o belo capítulo de amizade entre dois povos irmãos, que, tenho certeza, levarão para o futuro o espírito cooperativo que os guiou pela história. Muito obrigado.

## Apresentação Artística

O locutor - Convidamos os presentes a assistirem à apresentação do Grupo de Odori Associação Mineira de Cultura Nipo-Brasileira.

- Procede-se à apresentação artística.

## Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Masahiro Fukukawa, Cônsul-Geral do Japão no Rio de Janeiro; Dr. Rinaldo Campos Soares, Cônsul-Geral Honorário do Japão em Belo Horizonte e Presidente Executivo da Comissão Mineira Organizadora das Comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil; em nome dos quais cumprimento a Mesa e todos os presentes.

Há 100 anos, deixando o navio Kasato Maru, desembarcavam em Santos os primeiros 781 imigrantes japoneses, que, após longa e desconfortável viagem, aportavam neste país, com seus sonhos de prosperidade e sua enorme esperança. Numa história de muitos percalços, já que as diferenças lingüísticas e culturais eram enormes - e uma guerra mundial deixou em campos opostos as duas nações, trazendo embaraços, restrições e mesmo confiscos de bens para os descendentes daqueles imigrantes pioneiros -, Brasil e Japão podem hoje celebrar os maravilhosos resultados de uma grande aventura em conjunto. Dando prosseguimento à miscigenação realmente efetivada nos anos 60, as novas gerações nipo-brasileiras são inteiramente integradas ao País, ao mesmo tempo em que se inaugurou a era em que o Japão acolhe trabalhadores brasileiros, os nossos bravos dekasseguis. Se a arte contemporânea brasileira recebe hoje a influência decisiva de Manabu Mabe, Flávio Shiro ou Tomie Ohtake, entre outros grandes nomes, ou se Tizuka Yamazaki nos traz a força de suas imagens cinematográficas, a culinária japonesa é plenamente adotada pelas gerações mais novas de brasileiros. Minas Gerais, em especial, tem sua história recente e seu desenvolvimento econômico estreitamente ligados ao Japão, que hoje é o 5º comprador mundial de nossos produtos. Mas, desde a implantação da Usiminas, primeiro investimento nipônico no exterior depois da guerra, nossos laços vêm-se estreitando. Hoje, na região de São Gotardo, descendentes de agricultores japoneses promovem uma profunda revolução em nosso cerrado. No momento, Minas vem recebendo novos investimentos, como a da Sumitomo, do nascente pólo siderúrgico de Jeceaba, além das fortes presenças de capital na Cenibra, no Grupo Vallourec, na CBMM ou na Daido Química. Mineiros e japoneses têm também uma forte fraternidade espiritual. Há 35 anos, temos como Estado-irmão a Província de Yamanashi, na qual se localiza o belo e emblemático Monte Fuji, o mais autêntico e definitivo cartão postal japonês. Minas, que, há apenas alguns meses, recebeu a ilustre visita do príncipe herdeiro Naruhito, tem muito orgulho de nossos laços culturais e econômicos e também o privilégio de abrigar em seu território mais de dez mil cidadãos nipo-brasileiros. Esse é, portanto, o momento ideal de abraçar e agradecer aos membros de nossas diversas colônias. Hoje, sem dúvida, graças à sua inestimável contribuição, todo mineiro pode sentir-se, cada vez mais, um cidadão do mundo. Se o Monte Fuji, embora nosso por tanta afinidade, não está ao alcance de nossos olhos, teremos aqui, diante desta Casa, que representa todo o povo mineiro, a nos lembrar perenemente dessa amizade, a beleza, a força e a delicadeza da cerejeira aqui plantada, que marcará este dia 21/8/2008. Não posso deixar de parabenizar meus companheiros deste Parlamento: o Deputado Chico Uejo, jovem Líder, com futuro brilhante na arte de legislar ou, quem sabe, também de executar, e a minha companheira e amiga Deputada Cecília Ferramenta, que, nesta Casa, tem sido brilhante parlamentar, representando todas as mulheres do nosso Estado.

Peço permissão, fugindo um pouco do protocolo, como grande país cristão que somos, para deixar aqui registrada uma pequena mensagem cristã que aprendi com a minha querida amiga irmã Katisuko, que há muito tempo não vejo: "Iesu samava watashi tatito ichoni imassu". Muito obrigado.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 25, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 12/8/2008

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Jangrossi, Padre João, Antônio Carlos Arantes e Chico Uejo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matérias constantes na pauta, pareceres de redação final e proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: Ofício nº 452/2008, do Subsecretário da Casa Civil (8/8/2008), e ofício do Presidente do BDMG, prestando informações sobre a situação dos agricultores do Projeto Jaíba I - Gleba C2 (8/8/2008). O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Resolução nº 2.597/2008, no 1º turno, para o qual designou relator o Deputado Antônio Carlos Arantes. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.481 e 2.529/2008 (relator: Deputado Chico Uejo). Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.743/2008. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.409, 2.421, 2.422, 2.424 e 2.426/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2008.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Padre João - Antônio Carlos Arantes - Getúlio Neiva.

#### ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/8/2008

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Gláucia Brandão e Maria Lúcia Mendonça e o Deputado Dimas Fabiano, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Lúcia Mendonça, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.551, 2.457 e 2.584/2008, em turno único (Deputado Dimas Fabiano) e 1.874/2008 no 1º turno (Deputada Maria Lúcia Mendonça). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.496/2008 (relatora: Deputada Gláucia Brandão) e 2.551/2008 (relator: Deputado Dimas Fabiano), que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Carlin Moura em que solicita seja convidado o Secretário de Cultura de Minas Gerais, Paulo Eduardo Rocha Brant, para participar de reunião desta comissão com o objetivo de expor as novas diretrizes e propostas da Secretaria de Cultura. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2008.

Gláucia Brandão, Presidente.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 601/2007, do Deputado Célio Moreira, que acrescenta dispositivo à Lei nº 15.778/2005, de 26/10/2005. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.050/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedralva o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.301/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.455/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Otoni imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 50/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 327/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Domingos do Prata os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.888/2007, do Governador Aécio Neves, que dispõe sobre a utilização de recursos do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas - Fhidro -, de que trata a Lei nº 15.910, de 21/12/2005. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta, e pela rejeição dos Substitutivos nº 1, da Comissão de Justiça, e nº 2, da Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.456/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Pará imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.575/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberlândia. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 26/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 899/2007, do Deputado Délio Malheiros; 2.333/2008, do Deputado Padre João; 2.485/2008, da Deputada Ana Maria Resende; 2.557 e 2.558/2008, da Deputada Gláucia Brandão; 2.568/2008, do Deputado Padre João; 2.604 e 2.605/2008, do Deputado Adalclever Lopes; 2.611/2008, do Deputado Gilberto Abramo; 2.617/2008, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.633/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 2.659/2008, do Deputado Bráulio Braz.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 276/2007, do Deputado João Leite; 1.400/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 1.478/2007, do Deputado João Leite; 2.410/2008, do Deputado Gustavo Valadares; 2.643/2008, do Deputado Eros Biondini; 2.645 e 2.646/2008, do Deputado Fahim Sawan; 2.647, 2.648 e 2.649/2008, da Deputada Elisa Costa; 2.652/2008, do Deputado Padre João; 2.655/2008, do Deputado Irani Barbosa; 2.656/2008, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.657/2008, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.661/2008, do Deputado Doutor Viana; 2.666/2008, do Deputado Delvito Alves; 2.667/2008, do Deputado Eros Biondini; 2.671 e 2.673/2008, do Governador do Estado; 2.676/2008, do Deputado Antônio Júlio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 26/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.804 e 2.805/2008, da Comissão de Direitos Humanos; 2.806/2008, da Comissão de Participação Popular.

Finalidade: debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 1.939/2007, que dispõe sobre a implantação de dispositivo que permite a localização de detentos beneficiados por indulto ou liberdade condicional.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 26/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.778/2008, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.798/2008, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; 2.813/2008, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 26/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.584/2008, do Deputado Wander Borges.

Requerimento nº 2.808/2008, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 26/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, com os convidados que menciona, as dificuldades enfrentadas pelos agricultores, devido ao aumento de preços dos fertilizantes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 26/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.177/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.629/2008, do Governador do Estado.

Requerimentos nºs 2.796 e 2.797/2008, do Deputado Leonardo Moreira; 2.812/2008, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 26/8/2008, destinada à leitura e aprovação da ata da reunião anterior, e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 50/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97, 327/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Domingos do Prata os imóveis que especifica, 601/2007, do Deputado Célio Moreira, que acrescenta dispositivo à Lei nº 15.778/2005, de 26/10/2005, 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica, 1.888/2007, do Governador Aécio Neves, que dispõe sobre a utilização de recursos do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas - Fhidro -, de que trata a Lei nº 15.910, de 21/12/2005, 2.050/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedralva o imóvel que especifica, 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica, 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica, 2.301/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica, 2.455/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Otoni imóveis que especifica, 2.456/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Pará imóvel que especifica, e 2.575/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberlândia; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 25 de agosto de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

73ª reunião ordinária da 2ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 20/8/2008

O Deputado Delvito Alves - Sr. Presidente, membros da Mesa, Deputadas e Deputados, servidores da Casa. Saúdo, inicialmente, meu companheiro, amigo e empresário da minha cidade de Unai, José Wilson Tavares da Silva, presente na galeria.

Ocupo esta tribuna para fazer um rápido comentário a respeito de um artigo que recebi ontem, 19 de agosto, por "e-mail", de autoria do Sr. Gilson Caroni Filho, professor de Sociologia das Faculdades Integradas Hélio Alonso, no Rio de Janeiro, colunista da revista "Carta Maior" e colaborador do programa "Observatório da Imprensa", intitulado "Quem confia em Aécio Neves?". No artigo, o colunista tece críticas ao Governador de Minas Gerais, sintetizando seu pensamento na conclusão de que não existe diferença entre Aécio Neves, chamado de construtor de pontes, e a política neoliberal da chamada cúpula tucana. Não fosse o acentuado viés ideológico – diria até, partidário – do artigo, poderia reconhecer nele uma leitura imparcial de um intelectual genuinamente preocupado com os rumos da política nacional. Entretanto, por mais que me tenha esforçado para extrair do artigo esse caráter, nele vi tão-somente a crítica gratuita – bem articulada, diga-se de passagem – contra uma das mais promissoras lideranças políticas surgidas no País nos últimos anos. O articulista concentra todo o seu esforço no propósito de rotular o Governador Aécio Neves, comparando-o – pejorativamente, diga-se – a outras lideranças nacionais, especialmente do PSDB. O artigo, naquilo que pretende ter de substantivo, retoma a boa e velha dicotomia entre esquerda e direita, entre o Estado neoliberal e o Estado social, colocando Aécio Neves como proeminente liderança do primeiro e o Presidente Lula como paradigma do segundo, já que o Governador mineiro, na visão do colunista, privilegia as reformas tributária, previdenciária e trabalhista, ao passo que o governo federal, conduzido pelo PT, está empenhado nas chamadas reformas sociais, especialmente na agrária e nas de habitação, educação e saneamento básico. No texto, de uma maneira que considero lamentável e infeliz, o autor cita a Vereadora à Câmara de Belo Horizonte Neila Batista, que, em artigo de sua autoria, teria sugerido um conivente silêncio da Assembléia Legislativa em relação ao projeto político do Governador. É preciso, no entanto, colocar as coisas em seus devidos lugares. Com o merecido e devido respeito ao pensamento da ilustre Vereadora, a sua manifestação nada mais é que uma crítica ácida de uma militante do PT, cujo discurso, salvo raras e bem-vindas exceções, é naturalmente maniqueísta e incompatível com a evolução do pensamento político contemporâneo. É uma concepção simplória, devemos convir, essa de que a esquerda representa o bem e a direita representa o mal. Modernamente, a discussão sobre o papel ou o tamanho do Estado não pode estar focada meramente nessa divergência de cunho filosófico ou ideológico, isto porque já não há no seio da sociedade essa distinção tão clara entre esquerda e direita, tal qual a contida no referido artigo. No plano político, é perfeitamente admissível a convivência entre idéias de esquerda e de direita, desde que convergentes com a finalidade maior do Estado, que é fundamentalmente a de garantir a justiça e a paz social. Retomando a linha de raciocínio, ao contrário da citação da Vereadora, na verdade a Assembléia de Minas não está calada diante de uma possível posição majoritária do Governador Aécio Neves, isto porque em Minas estamos superando a fase romântica da política, cujo pilar se assenta em diferenças ideológicas, substituindo-a por uma política de resultados, objetiva e pragmática. Entre nós já não cabe discutir o papel do Estado a partir de preconceções, de forma estreita e a partir de um raciocínio exclusivamente ideológico. É preciso ter em conta o caráter heterogêneo de nossa sociedade e os diversos e legítimos interesses em jogo, respeitando-se as forças políticas e o seu papel relativo no cenário estadual. Talvez essa seja a razão pela qual o Governador Aécio Neves incomoda tanto, até ao próprio colunista. Líder nato que é, consegue transitar com igual desenvoltura entre políticos de esquerda e de direita, entre os diversos espectros da política nacional, adotando um discurso conciliador que não pode ser confundido com omissão. Aécio Neves não é um homem refratário às questões sociais. Muito pelo contrário. Em Minas Gerais, nos últimos cinco anos, todos os indicadores sociais apresentaram considerável avanço, fruto de uma política conduzida com responsabilidade. Nas Alterosas, ao contrário do que afirma o proeminente colunista, as reformas estruturais e gerenciais do Estado não foram feitas voltadas para si mesmas: foram adotadas para que todos os mineiros pudessem desfrutar de um período consistente e sustentável de desenvolvimento econômico e social. A Assembléia de Minas não está calada. Muito ao contrário, soube muito bem interpretar os anseios populares e emprestou o seu irrestrito apoio não à pessoa do Governador Aécio Neves, mas a um projeto político que visa tornar Minas Gerais um Estado desenvolvido economicamente e socialmente, tendo como principal fundamento a verticalidade do homem. Aqueles que consideram a Assembléia de Minas inoperante e omisso pouco conhecem de Minas e de suas lideranças. Os mineiros são pragmáticos e historicamente adeptos do diálogo e da conciliação. Contudo, não dialogamos com espírito rasteiro, mas de forma ativa e objetiva. As conversas em Minas Gerais visam sempre atingir um resultado. Não podemos dar-nos ao luxo de perder tempo com discussões meramente ideológicas.

A Assembléia de Minas não está silenciosa. Como instituição, não foi atingida por um suposto projeto de "marketing" pessoal do Governador, como sugerido no artigo. Apenas cumpre o seu papel divergindo quando há necessidade de divergir, sugerindo quando a sugestão se impõe, mas trabalhando em prol dos interesses maiores dos mineiros. É equivocado imaginar a Assembléia Legislativa como arena natural de conflito ou de confronto com os demais Poderes do Estado. Este não é, a rigor, o papel do Legislativo, embora o Parlamento responda sempre quando as suas prerrogativas e os direitos e garantias individuais estejam sendo ameaçados por outro Poder ou autoridade. Não estamos aqui, Deputadas e Deputados de todas as correntes e matizes políticas, como soldados preparados para o combate. É por demais singelo o raciocínio de que devemos sempre comportar-nos como adversários. O fato de representarmos os diversos estratos sociais e de existirem naturalmente conflitos de interesses no âmbito da sociedade não induzem necessariamente a uma atitude beligerante no Plenário da Assembléia. As críticas dirigidas ao Governador Aécio Neves são naturais e já eram esperadas. Num momento da nossa história política em que existem escassos recursos humanos, proliferam homens públicos de duvidosa formação moral e ética e, infelizmente, existem Estados da Federação convivendo com governos paralelos, dominados por organizações criminosas, não raro com a conivência de algumas autoridades públicas e o silêncio de alguns intelectuais, Minas Gerais tem o privilégio de apresentar ao povo brasileiro um nome à altura de suas tradições políticas, com visão contemporânea do mundo, desprovido de radicalismo político ou ideológico e preparado, se for o caso, para colaborar com o País.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Nobre Deputado Delvito Alves, inicialmente gostaria de cumprimentar V. Exa. pelo brilhante pronunciamento, pela linha de raciocínio extremamente organizada, lúcida e que traz uma grande contribuição a este Parlamento e reflexão sobre o momento político do nosso país. Não é a primeira crítica ao Governador Aécio Neves sem um embasamento pontual, até porque o governo Aécio Neves tem se destacado como exemplo não apenas em Minas, mas no Brasil e até no mundo. Mas, quando vem uma crítica à figura do Governador sem se fundamentar em qualquer parâmetro das ações do governo, começo a percebê-la como um desagravo a Minas Gerais, porque Minas apresenta ao Brasil, hoje, o nome de um estadista, e isso começa a incomodar algumas pessoas. Essa atitude não é um desrespeito ou um desagravo ao Governador Aécio Neves pela falta de fundamento na crítica. Uma crítica fundamentada, apontando uma determinada ação de governo equivocada, é extremamente benéfica e louvável. Precisamos sempre e cada vez mais de respeitar a Oposição, que é legítima e, até mais do que isso, necessária. Todavia, essa crítica vazia tentando ironizar e desfazer dessa competência de ser conciliador como o Governador tem procurado ser aponta para outros caminhos. Entendo-a como um desagravo e desrespeito a Minas, que põe o nome de um estadista para o Brasil.

Portanto, parabeno V. Exa. por apresentar um pronunciamento tão lúcido e apropriado não apenas em defesa do Governador Aécio Neves, mas também da honra de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Delvito Alves - Deputado Domingos Sávio, acredito que a maioria dos Deputados recebeu esse "e-mail". Todavia, mesmo assim, farei questão de repassá-lo a todos os Deputados para que dele tenham conhecimento.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)\* - Muito obrigado, Deputado Delvito Alves. Quero parabenizá-lo pela sua lucidez de trazer essa matéria à tribuna nesta tarde. Particularmente, não conheço o articulista, tampouco conheci a matéria. V. Exa. usa a tribuna desta Casa agora para nos trazer essa notícia, que, sem dúvida nenhuma, tem de ser repelida com veemência. Quero associar-me também, ratificando o seu pronunciamento em repúdio às manifestações referentes ao estadista, ao Governador Aécio Neves feitas graciosamente pelo articulista. Quero dizer a V. Exa. que Minas hoje tem sido um Estado premiado por todas as suas formas e condições de governabilidade: a uma, pela austeridade, decência, retidão, transparência e, principalmente, pela forma de fazer política como o nosso Governador; a duas, pela condição da ética e da moralidade pública que o nosso Governador implantou em Minas, servindo de exemplo para o Brasil. Tanto é verdade que vários Governadores têm vindo aqui, assim como Secretários de Estado, para participar do governo de Minas, buscando saber e conhecer o choque de gestão liderado pelo nosso Governador juntamente com o nosso Vice-Governador Antonio Anastasia. Estamos vivendo um momento ímpar para o Estado; certamente o articulista se sente ofendido com o exemplo que Aécio Neves dá ao Brasil – aliás, sem dúvida nenhuma, tem dado a todos os brasileiros. Precisamos fazer o mesmo repúdio de V. Exa. Sufiro ainda mais. Neste momento em que V. Exa. realiza a sua fala, faremos por escrito uma nota, um voto de repúdio a esse articulista para que venha a Minas e conheça o nosso Estado, o que tem sido implantado e desenvolvido nas mais variadas condições do Estado, enfim, em todos os setores, como segurança, habitação, saúde, transporte. Quero ser um dos subscritores. Gostaria de ratificar e sugerir um voto de repúdio ao articulista, que procura denegrir e ofender a honorabilidade, a dignidade e a honra do nosso Governador Aécio Neves. Certamente esse requerimento será aprovado por esta Casa, por todos os parlamentares, independentemente de cor partidária. Convidaremos o articulista a conhecer Minas a fim de que escreva quem é Aécio Neves. Assim saberá certamente como Minas vive bem e representa hoje o melhor Estado para se viver. Parabéns.

O Deputado Delvito Alves - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, obrigado pelas brilhantes ponderações. Gostaria de dizer-lhe que elas só vieram fortalecer cada vez mais o nosso pronunciamento.

Sr. Presidente, para finalizar, assim, com humildade, reconhecendo o estofo intelectual e moral do articulista, peço vênia para discordar de suas posições, considerando o direito inalienável de liberdade de expressão, reafirmando que, na condição de Deputado, estamos apoiando não a pessoa de Aécio Neves, mas a autoridade personificada do Governador, sem abrir mão de discutir, aprimorar e contribuir para a implantação e a execução de políticas públicas que objetivem melhorar as condições de vida dos mineiros. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Serei breve nesta tarde, Sr. Presidente. Não havia planejado usar esta tribuna nesta tarde, em virtude das restrições impostas pela legislação eleitoral, mas ocorreu um fato na noite de ontem, Sr. Presidente, e não poderia calar-me diante dele. Quando chegava à casa dos meus pais ontem à noite, por volta das 21 horas, muito próximo à porta de entrada havia uma correspondência endereçada a meu pai. Peguei-a e a levei ao seu conhecimento. Abrimo-la, e, para nossa surpresa, Deputados Domingos Sávio, Célio Moreira, ela tinha um teor de ameaça. Lerei parte dessa carta porque acredito ser uma obrigação não só do parlamentar, mas também do filho de um Presidente que, apesar de todas as dificuldades, vem dedicando a sua vida exclusivamente a fazer do Atlético um clube melhor e mais forte.

Lerei trechos da carta endereçada a Luiz Otávio Mota Valadares. O covarde que a escreveu diz o seguinte: "Eu acredito que, quando você aceitou assumir a Presidência do Clube Atlético Mineiro, as suas intenções eram as melhores. Porém, você parece ter sido corrompido e hoje faz a mesma coisa que condenava no início. Está na hora de você renunciar pelo bem do Clube Atlético Mineiro e da sua própria família. Há algumas semanas estou vigiando sua casa durante todo o dia. Sei dos seus horários, da sua esposa Vânia, dos seus filhos... Não sou um amador. Estudei todos os passos da sua família e agora estou-lhe dando um recado: você tem até sexta-feira, dia 22/8/2008, para renunciar ao cargo de Presidente do Clube Atlético Mineiro ou começarei a machucar as pessoas de quem você mais gosta. Além disso, se você não renunciar, diga ao seu filho Gustavo Valadares para desistir da campanha a Prefeito de Belo Horizonte, pois irei espalhar cartas por toda a cidade denegrindo a sua imagem. Ziza, desta vez não é brincadeira. Não pague para ver. Você tem até sexta-feira para renunciar ao cargo de Presidente do Clube Atlético Mineiro. Caso você não entenda este recado e decida seguir em frente, você conhecerá o que é viver um inferno. Até sexta-feira. Torcida atleticana".

Durante a campanha, Sr. Presidente, não voltarei à tribuna por respeitar as restrições impostas pela legislação eleitoral, mas, num momento como este, sinto-me na obrigação de filho e de representante do povo mineiro de vir aqui. Primeiramente, para cobrar das autoridades competentes a imediata busca a fim de sabermos quem foi o covarde que escreveu esta carta e deixou na porta da casa dos meus pais. O Clube Atlético Mineiro já tomou as providências. Hoje pela manhã, meu pai deu conhecimento disso ao Governador em exercício, ao Secretário de Defesa Social e ao Procurador-Geral de Justiça.

Agora nos resta aguardar. Como parlamentar desta Casa, faço coro com o Clube Atlético Mineiro nas manifestações de total repúdio a esse ato de covardia. Uma pessoa que escreve uma carta e não tem a coragem de assiná-la é, no mínimo, covarde.

Mas, mais do que isso, sinto-me na obrigação de fazer alguns esclarecimentos. Como parlamentar e como candidato nesse um mês e meio de campanha, por algumas vezes tenho sido questionado sobre minha ligação com o Atlético. Antes de conceder aparte ao Deputado Domingos Sávio, quero deixar a situação bem clara e faço aqui um desafio a quem quer que seja. Já era Deputado quando meu pai foi convidado a assumir a Diretoria de Futebol do Atlético; já era Deputado quando ele foi convidado a disputar a eleição para Presidente do Atlético, a qual foi vitoriosa e bem-sucedida. Nunca misturei futebol e política. Fui ao clube, nesses três anos em que meu pai participa da administração - antes como Diretor e agora como Presidente -, por três vezes: em duas delas, fui tratar de questões pessoais, e o tirei de sua sala para termos uma conversa, por dois minutos, de pé, na ante-sala da sede de Lourdes; outra vez, por curiosidade, como atleticano que sou, fui conhecer as estruturas do centro de treinamento do Atlético. Jamais assisti a um jogo ou fui ao vestiário com o Presidente do Clube, nem mesmo assisti a jogo com ele nas cabines de rádio a que o Atlético tem direito para sua diretoria durante seus jogos no Mineirão. Jamais assisti a um jogo ao lado do Presidente. Vou ao estádio como torcedor, não fico na tribuna de honra, onde é permitida a presença de parlamentares e jornalistas. Dirijo-me sempre ao mesmo lugar: nas arquibancadas, na cadeira especial, em cima do bar 34. Sempre assisti aos jogos dali e continuarei assistindo. Não me furtarei ao enfrentamento de uma meia dúzia de covardes que se prestam a fazer esse tipo de serviço. A família reconhece - e, como filho, tenho a obrigação de dizer isso da tribuna - e apóia integralmente a gestão de meu pai à frente do Clube Atlético Mineiro. Se não estamos alcançando os objetivos que todos queríamos, principalmente neste ano do centenário, isso se deve a razões diversas, jamais a má-vontade ou incompetência do Presidente e da diretoria. Venho aqui hoje para deixar claro que tenho orgulho de ser filho de quem sou. Tenho um amor incondicional por meu pai. Respeito-o, procuro trilhar minha vida pública como ele e não aceitarei, em momento algum, que um covarde use esse tipo de ameaça para tentar tirá-lo de um lugar em que o conselho do Atlético o colocou.

Deixo aqui meu repúdio e a minha manifestação - não só minha, mas de toda a minha família -, além do pedido de um parlamentar desta Casa para que as autoridades competentes tratem a questão de forma ágil, para podermos rapidamente colocar onde merece essa pessoa covarde e irresponsável. Não temos medo. Meu pai não tem medo. Eu não tenho medo. Todos sabem onde trabalho e conhecem meu endereço. Quero que esse covarde me encontre para falar isso pessoalmente comigo. Não tenho medo, jamais terei, pois tenho a consciência tranqüila de que estou dando ao povo mineiro o melhor de mim, estou tentando representá-lo da melhor forma possível, digna e responsável. Da mesma forma, meu pai age frente ao Atlético.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Prezado amigo Deputado Gustavo Valadares, quero aqui expressar minha solidariedade e a de toda Bancada do PSDB a você, à sua família, ao nosso querido Ziza Valadares. Quero também dar meu testemunho da sua seriedade, da sua postura como parlamentar ético, dedicado, correto, leal a seus princípios e à causa do povo mineiro. De modo especial, quero referir-me ao nosso querido Ziza Valadares. E aqui falo da figura humana, do atleta, do homem público. É ele hoje dirigente de um importante clube de Minas Gerais. Apesar de eu não ser torcedor - e falo isso de forma bastante tranqüila, como requer a gravidade do momento -, tenho por Ziza Valadares, não de agora, mas de muito, admiração e respeito, e continuarei tendo. E isso me faz trazer aqui a minha solidariedade. Ziza foi um dos fundadores do meu partido, o PSDB, foi um atleta respeitado e honrou o nome de Minas Gerais em todo o País. Ziza foi um homem público exemplar, foi um parlamentar que exerceu vários mandatos em Brasília, e o fez de forma extremamente digna e competente. Portanto, em que pese a haver, naturalmente, no ambiente democrático que é o futebol, as divergências, as manifestações são absolutamente naturais. Atitude covarde, ou mais do que isso, atitude criminoso como essa merece o repúdio e uma atitude firme por parte das autoridades da segurança pública. Queremos não apenas manifestar nossa solidariedade, mas também unir-nos a V. Exa. nesse apelo: que uma atitude como essa requeira das autoridades policiais uma vigília rigorosa. Obviamente, e V. Exa. já disse, são pessoas dignas, que andam de cabeça erguida, pessoas honestas, com um passado limpo, com vida ilibada e não têm o que temer. Mas, naturalmente nós, povo mineiro, temos, sim, o que temer. Temos de preservar homens valorosos.

Aqui eu falo de Ziza Valadares de maneira absolutamente imparcial. Trata-se de um homem valoroso, sério, correto, com uma história exemplar e que, portanto, não pode ser objeto de uma ameaça infame e criminoso como essa. Tenha a nossa solidariedade, o nosso apoio. V. Exa. sabe muito bem a admiração que tenho pelo seu trabalho, um dos mais brilhantes parlamentares desta Casa. Ainda jovem, mas já com uma história digna de trabalho em defesa do povo mineiro. V. Exa., de fato, não deve abalar-se com isso, não deve permitir que isso altere em absolutamente nada os planos e as atitudes de V. Exa., que são dignas de todo o nosso respeito. Muito obrigado.

O Deputado Gustavo Valadares\* - Deputado Domingos Sávio, agradeço a manifestação de solidariedade.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, gostaria de dizer que, como torcedor, não só eu, como o Presidente do Atlético também, não estamos satisfeitos com o rumo que o ano do centenário vem tomando. Se pudéssemos entrar em campo, bater pênalti, receber um cruzamento, chutar uma bola de fora da área, com certeza a realidade seria outra. Mas esse não é o nosso papel. Que isso fique aqui bem claro a essa minoria que, de forma grosseira, vem tentando pressionar o Presidente do Atlético para que ele renuncie. Isso jamais acontecerá. Conheço meu pai, sei da sua honra, da sua responsabilidade e, acima de tudo, da sua coragem para superar momentos adversos como esse. Fica aqui o recado direto a ele. Ele tem não só o meu apoio, como o dos meus dois irmãos e o de minha família.

Ao torcedor atleticano, a oposição, desde que feita de forma responsável, deve ser recebida como uma crítica construtiva, e é assim que a vemos. Temos certeza de que muitos erros foram cometidos. Eu, como torcedor, os vejo, mas as melhores intenções estão sendo aplicadas na administração do clube hoje. Falo isso como filho, não como parlamentar. Não misturo futebol e política. Na minha campanha não misturarei futebol e política. Na minha campanha, visto a camisa da minha cidade. É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público aqui presente e todos os mineiros que acompanham esta reunião pela TV Assembléia, há muito tempo, venho fazendo da defesa do patrimônio histórico e cultural do Norte de Minas, especialmente de Matias Cardoso, uma das linhas de atuação do meu mandato. Conhecemos a importância histórica da nossa região, não só pelos bens materiais, como a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, mas também pelas diversas manifestações culturais da nossa gente, que impressiona pela riqueza e pela diversidade. Então a região merece o reconhecimento e o apoio das autoridades responsáveis para garantir a preservação dos seus bens.

Amanhã a Comissão de Cultura se reunirá na cidade de Matias Cardoso. Infelizmente, o que motivou o meu requerimento para esta audiência pública foi o roubo de três imagens sacras - Santa Maria, Senhora de Santana e São Miguel -, todas em madeira do século XVII. Elas compunham o acervo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e foram registradas e tombadas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan - desde 19 de fevereiro. Estamos cientes do valor incalculável dessas imagens. A Igreja de Nossa Senhora da Conceição foi construída provavelmente entre 1670 e 1673, conforme consta no livro de tombamento do Iphan, e a sua história se confunde com as origens de Minas Gerais. Segundo os estudiosos, a Igreja foi erguida pelo filho de Matias Cardoso, Januário Cardoso de Almeida, que, como o pai, seguiu o caminho de conquistador e povoador dos sertões mineiros e aqui fundou o povoado de Morrinhos, que depois levou o nome do seu pai. Consta que Januário Cardoso foi sepultado no interior da igreja, como era usual naquele tempo em se tratando de homens importantes.

Na segunda metade do século XVII, dois grandes movimentos de ocupação territorial se dirigiram para Minas Gerais - um a partir de São Paulo e outro a partir do Nordeste do Brasil - e aqui conquistaram duas grandes áreas cujas personalidades geográficas e históricas se diferenciam. Uma forma a região do Sul de Minas até São Paulo, e a outra, uma área muito mais extensa, do Nordeste de Minas Gerais ao Oeste da Bahia, até o extremo Sul do Piauí. A conquista e a ocupação das terras do Vale do São Francisco se iniciam, segundo a historiografia, com as Entradas e Bandeiras. Em Minas, a expedição Espinosa começa no meio do século XVII e se encerra com a fixação dos currais de gado de Matias Cardoso. No fim do século XVII, quando também começa a história da mineração, encerra-se o processo de conquista do território das tribos indígenas estabelecidas à margem direita do Alto Médio São Francisco.

Os primeiros relatos escritos no Brasil a respeito do São Francisco assinalam que este rio sempre foi muito povoado por diversas nações indígenas. Relatos indicam que, em 1612, expedições já teriam atingido o Rio Carinhanha. Em menos de um século depois, o Rio São Francisco já estava descoberto em outra banda e por outro povoado. Num mapa de 1656, há o registro dos cursos do São Francisco e afluentes mais importantes, o Rio das Velhas e o Rio Pará, apesar de as escalas na representação do São Francisco ainda serem muito imprecisas.

As últimas três décadas do século XVII foram as decisivas no processo de conquista e ocupação da zona são-franciscana entre a Barra do Rio das Velhas até o Rio Carinhanha. Entre 1671 e 1694 circulou pelo Vale do São Francisco a bandeira de Matias Cardoso de Almeida, que, segundo Basílio de Magalhães, estava "destinada a 'jugular' os bárbaros (índios)". A guerra de extermínio dos índios foi feita em campanhas desde 1651, e a zona de criação de gado, que, cria-se até então, ficava nas antigas terras das tribos.

A transferência de Matias Cardoso para o arraial que depois passou a levar o seu nome começou a ser feita antes de 1689, pois nessa época o lugar contaria com "bastante povoação". Numa carta do Governador-Geral do Brasil há o registro de que a intenção de Matias Cardoso, por haver trazido muitas famílias para o Rio São Francisco, inclusive a sua, era fundar uma vila.

Os documentos sobre a atuação de Matias Cardoso na guerra contra os índios permitem precisar a data da fundação do arraial. O convite para que Matias Cardoso de Almeida assumisse o posto de "Mestre-de-Campo e Governador absoluto da guerra dos bárbaros" foi feito pelo Governador-Geral em 9/12/1688. Portanto, a fundação do arraial, com certeza, data de anos anteriores a 1688.

Essa povoação passou, em seguida, a ser conhecida pelo nome de Arraial de Matias Cardoso, e é como tal mencionada em 1704 pelo informante de Antonil nas Minas, em 1706 pelo Governador-Geral D. Rodrigo da Costa, e por um autor anônimo em 1706 ou 1707.

Criador de gado, suas fazendas participaram do abastecimento de gado da região das Minas. Mas, ao que parece, o povoado foi deslocado de lugar, provavelmente em função de uma cheia no Rio São Francisco em 1712. A cidade que leva atualmente seu nome foi, de fato, o arraial do filho de Matias Cardoso, Januário Cardoso de Almeida, antes conhecida como Arraial dos Morrinhos. Foi Januário Cardoso quem fez construir a Igreja Monumental de Nossa Senhora da Conceição, onde foi sepultado.

Acreditamos que é desnecessário comprovar o que todos já sabem: que a povoação dos sertões mineiros e da região do São Francisco aconteceu bem antes da região das Minas. Queremos, entretanto, que esse fato histórico seja conhecido e valorizado por todos em nosso Estado. Acreditamos que esse reconhecimento é o ponto de partida para garantirmos uma maior atenção das diversas instâncias governamentais em relação ao nosso patrimônio, à nossa cultura e a nossa gente.

A audiência pública que a Comissão de Cultura irá realizar amanhã em Matias Cardoso é de fundamental importância para resgatarmos a história da criação do nosso Estado. Partiu de lá, de Matias Cardoso, por meio de Nunes Viana, na Guerra dos Emboabas, o decreto da independência de Minas Gerais. É de Matias Cardoso e de Manga o primeiro Governador de Minas: Nunes Viana. Portanto, resgatar essa história é garantir para Matias Cardoso e para o Norte de Minas a certeza de que Minas Gerais nasceu ali. Se Matias Cardoso não pode ser, de fato, a primeira Capital de Minas Gerais, hoje reconhecida como a cidade de Mariana, que seja reconhecida, pelo menos, como a primeira Capital das Gerais. O próprio nome já diz: Minas Gerais. Somos dois Estados em um só. Reivindicamos, pois, aqui o título de Capital das Gerais para a cidade de Matias Cardoso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, pessoas que nos acompanham pela TV Assembléia e aqui na Casa do povo mineiro, queria, inicialmente, fazer referência a um evento a que tive oportunidade de estar presente nesta semana, representando nossa Assembléia, ao lado do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Refiro-me a um evento extremamente importante para a cafeicultura mineira, para os produtores de café e para toda a cadeia produtiva. Tivemos o lançamento, na Universidade Federal de Lavras - Ufla -, de um projeto do governo do Estado em parceria com essa Universidade e com outras instituições fundamentais. Esse projeto, que foi desenvolvido pela

Secretaria de Ciência e Tecnologia, em parceria com a Secretaria de Agricultura, trata da criação do pólo de excelência do café.

Esse pólo está sendo concebido como instrumento de política pública para fortalecer, para promover, para dar as condições competitivas adequadas e para valorizar essa atividade que é extremamente importante não só para a economia de Minas, mas também para milhares, ou melhor, para milhões de mineiros. A cafeicultura é a maior empregadora da atividade rural em Minas Gerais. O café, entre os produtos agrícolas, é um dos maiores pilares de nossa economia, considerando-se a exportação de Minas e do Brasil. O Brasil responde por cerca de 50% de toda produção de café mundial, e Minas Gerais, por sua vez, responde por cerca de 50% da produção de café do Brasil. Nosso Estado, portanto, é âncora, é o maior produtor de café deste país.

Apesar da quantidade desse produto em nosso Estado, temos sofrido cada dia mais, em razão das dificuldades competitivas de um mercado cada vez mais exigente em relação à qualidade do produto. Mais que isso: temos sofrido, às vezes, pelo fato de o setor não estar devidamente organizado para demonstrar a todos que podemos produzir e produzimos um bom café.

Obviamente, enfrentamos dificuldades com o custo da produção. Esse pólo de excelência tem o objetivo de agregar uma série de fatores que possam resultar em melhor produção e em maior valorização do nosso produto. São necessárias novas tecnologias, diminuição de custos, eficiência produtiva e boa imagem do nosso produto. É preciso fazer, como o próprio nome já diz, com que Minas Gerais seja um pólo de excelência, que neste Estado exista o que há de melhor em tecnologia, em estudo, em desenvolvimento científico, em pesquisa e, obviamente, em resultados, com uma cafeicultura forte, competitiva e que dê resultados ao produtor. Esse o grande desafio.

Estava conosco o nobre Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que presidiu, com muita competência, nesta Casa a Comissão Especial da Cafeicultura, da qual tive a honra de participar em diversas oportunidades. Naquela ocasião, essa Comissão já propunha que o Estado de Minas criasse um pólo de excelência do café. Seguindo essa sugestão, a Secretaria de Estado, implementando decisão do nosso Governador Aécio Neves, fez os investimentos necessários. Reuní os profissionais, os técnicos e os pesquisadores, numa parceria positiva com a Ufla, a fim de termos, na prática, um centro de excelência, com pesquisa e desenvolvimento de um plano de negócios. Assim, poderemos verificar qual será a melhor estratégia para produzirmos o melhor café com o menor custo, obtendo, dessa forma, o melhor resultado para o produtor e dando visibilidade ao setor. O Secretário Alberto Portugal fez um brilhante trabalho liderando sua equipe a fim de que, quando se pensar em café na África, na América Latina, enfim, no âmbito mundial, as pessoas possam dizer: "Vamos ao Sul de Minas, a Lavras, lugar que reúne os melhores conhecimentos, tecnologias e resultados não só no tocante ao plantio, mas também no que se refere ao manejo e ao processamento do café". Assim, faremos com que esse fantástico grão, que gera riquezas e alegrias, de fato, gere também resultados para o produtor rural.

O nobre Deputado Dalmo Ribeiro Silva é um grande líder, especialmente do Sul de Minas, e esteve lá levando sua contribuição, como sempre o faz. Nesta Casa é Presidente da Comissão de Justiça. Com grande alegria, concedo-lhe aparte.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)\* - Obrigado, Deputado Domingos Sávio. Tenha a certeza de que o líder é V. Exa. Ontem estivemos ao seu lado participando de uma importante reunião, oportunidade em que tratávamos de ações que hoje garantem maior competitividade para o café do Sul de Minas. Desde longa data, V. Exa. tem prestado aqui sua relevante contribuição. Ontem assistimos a um dos espetáculos mais bonitos e interessantes para a indústria e agricultura mineira. Os protocolos de intenção assinados pelo eminente Secretário Alberto Duque Portugal e pelo Secretário Gilman - na ocasião contamos com a presença do Dr. Puliti e de representantes de todos os órgãos ligados à cafeicultura, particularmente do anfitrião da Casa, o Reitor Nazareno - sem dúvida nos incentivaram a acreditar ainda mais na cafeicultura.

Como V. Exa. disse, como membro efetivo da Comissão Especial da Cafeicultura, em 2003 já manifestávamos interesse por um pólo de excelência do café no Sul de Minas. Os anos passaram-se, nossa proposta foi fluindo, trabalhamos muito. A participação de V. Exa. tem sido valiosa. Assim, conseguimos avanços junto à Secretaria. Portanto, aproveitamos a oportunidade para homenagear o Secretário Alberto Duque Portugal e o Secretário Gilman, enfim, todos aqueles que construíram essas propostas alicerçadas no relatório da comissão que nasceu nesta Casa. Comemoramos o momento tão importante que vivemos ontem, na Ufla, com a presença de vários empresários da indústria cafeeira, já que o governo injetou mais dinheiro na tecnologia, o que faz da cafeicultura mineira a melhor do mundo. V. Exa., assim como eu, testemunhou esse grande momento. Parabéns pelo pronunciamento.

O Deputado Domingos Sávio - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Sou um pequeno produtor de café. Claro que, em primeiro lugar, o que me move é o meu compromisso com o povo mineiro. Portanto, minha condição de produtor rural e de pequeno produtor de café não pode ser posta em primeiro plano. Todavia, essa minha condição me serve de orientação, porque também sinto na pele, no dia-a-dia, as dificuldades de um segmento que investe tantos recursos, já que seu custo é muito elevado para o produtor. Como sabemos, a produção de café é anual, mas o produtor faz investimentos durante o ano inteiro. Ou seja, só depois colhe a safra e comercializa o produto. Sabemos que o produtor de café já teve seus momentos de glória, mas hoje vem sofrendo. Ele emprega muitas pessoas e, por isso, é importante estarmos atentos, a fim de melhorarmos suas condições de produção, bem como para oferecermos condições dignas às pessoas que trabalham nas lavouras de café, que atuam nessa área.

Também não posso deixar de registrar, com um pesar imenso, que, quando regressávamos desse evento, tomamos conhecimento de um acidente lamentável que tirou a vida de 14 trabalhadores rurais que voltavam da colheita de café, nas proximidades do Município de Santo Antônio do Amparo. Então, pela manhã, estive naquele Município com o Prefeito Evandro. Conversei com ele hoje, levando a minha solidariedade, e minha equipe está acompanhando, no Pronto Socorro João XXIII, outras tantas vítimas. Isso mostra que temos muito que fazer, ou seja, trabalhar por uma atividade que é importante e que precisa oferecer condições melhores para os trabalhadores, mais segurança. No entanto, embora vivendo o lançamento de um programa tão importante, minutos depois, deparamos com essa tragédia na estrada, um acidente fatal, que nos deixou consternados.

Retomo a minha linha de raciocínio, mais uma vez, agradecendo ao Deputado Dalmo e dizendo que, com os demais colegas, continuaremos essa luta para que a cafeicultura mineira possa continuar gerando empregos e riqueza para o País. Porém que isso seja feito com planejamento, com pesquisa, com seriedade e com condições dignas para o produtor e para o trabalhador rural.

Falei sobre o café e não posso deixar de falar um pouco sobre o leite. Sou produtor de café, mas também já fui produtor de leite por muitos anos. Hoje tenho um pequeno rebanho de gado de corte, porque o produtor de leite tem, literalmente, de pegar no chifre do boi no seu dia-a-dia. Tem de estar sempre ali, ao lado daquela produção que exige um cuidado como com um recém-nascido. E eu sei dessa situação porque sou médico-veterinário. Todavia a população hoje ficou tão urbana que algumas crianças, vendo o leite no saquinho ou numa caixinha, pensam que aquilo é alguma coisa que a indústria fabrica. Ora, essa indústria é um ser vivo, uma vaca, e é preciso muitos anos para ela ser criada e ter as condições adequadas para o manejo. Esse ser vivo precisa de uma alimentação toda especial, e um investimento não apenas de capital mas também de presença do trabalhador.

O trabalhador que lida com o leite madruga e é o último a ir dormir, e essa situação, às vezes, deixa-nos compadecidos. A própria legislação trabalhista chega a ser difícil de ser aplicada nesse setor, embora isso seja preciso. Não há como pensar na produção do leite com uma jornada de 8 horas; e esse produtor não tem direito à folga. Cerca de 99%, ou a grande maioria, são pequenos produtores, composto da economia familiar. Nesse caso, a lei trabalhista não tem como dizer para o cidadão: "Você, que é da economia familiar, tem direito à folga uma vez por semana". Ora, se esse cidadão for um tirador de leite, não tem como deixar de tirar o leite, e ele trabalha de domingo a domingo, no feriado, no dia santo, na chuva e no sol.

Estou dizendo isso, porque o que estão fazendo novamente com o produtor de leite é uma covardia, um crime. Não há excesso de produção, mas estão baixando o preço do leite em plena entressafra. Mais uma vez, temos o cartel das grandes empresas, e no passado já denunciei essa situação. A Assembléia Legislativa, aliás, criou uma CPI para investigar essa situação. É hora de os produtores se organizarem novamente. Deputado Doutor Viana, que também é um homem de luta no nosso interior e sabe do que estou falando, quando o leite começou a ter um preço justo, a ração subiu assustadoramente. Esse processo tem um efeito cascata, dominó. O adubo subiu mais de 100%, e subiram também a soja e os grãos. Então subiu o insumo do produtor, mas o preço do leite está caindo. Por que o preço do leite está caindo? Ele não está diminuindo na prateleira. O preço do queijo também não caiu no supermercado, mas o cartel das grandes empresas compradoras está pressionando.

Estou acompanhando de perto e lutando na Secretaria de Fazenda para rever e melhorar alguns aspectos tributários que não tiveram mudanças significativas. O problema maior está no cartel de multinacionais compradoras que estabelecem acordos entre elas para baixar o preço, chantagear o produtor e dizer: "Só pago esse preço". Então, é hora de agirmos.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que me coloco à disposição dos produtores, mas vamos tomar a iniciativa de propor uma audiência pública. Se for preciso, criaremos uma nova CPI. Não podemos deixar cometerem esse crime contra o produtor de leite, baixando o preço em plena entressafra, sem nenhuma justificativa, exatamente quando o custo de produção está aumentando. É hora de reagirmos. Estaremos ao lado desses produtores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 25/8/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Eros Biondini

exonerando Jocélia Maria de Castro Leão do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Márcia Cabral de Oliveira do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 4 horas;

exonerando Thiago Magela de Carvalho do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

nomeando Jocélia Maria de Castro Leão para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;

nomeando Lício Moreira Silva para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Márcia Cabral de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

nomeando Thiago Magela de Carvalho para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada

exonerando Flávio Pires Amaral do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas.

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2008

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 9/9/2008, às 14h30min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço global, tendo como finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de microfilmagem de documentos.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2008

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que em virtude de alterações no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento e instalação de cortinas, a sessão pública virtual fica adiada para o dia 10/9/2008, às 14h30min.

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, Pregoeiro.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, em 8/9/2008, às 14h30min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço por lote, tendo como finalidade a aquisição de saboneteiras, assentos sanitários e papelarias.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 (dez centavos) por folha ou gratuitamente por meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Supervision Comunicação e Marketing Ltda. Objeto: prestação de serviços de operação dos sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo da Diretoria de Comunicação Institucional da contratante para a realização de reportagem, locução, produção, edição, direção e disseminação de produtos de comunicação. Objeto deste aditamento: reajuste dos valores relativos ao vale-refeição e plano de saúde. Vigência: a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 3.3.90.39.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Clínica Odontológica Elizabeth Cabral Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Objeto deste aditamento: alteração da denominação social. Vigência: a partir de 25/8/2008.

#### TERMO DE CONTRATO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Adesab - Agência para Desenvolvimento Econômico e Social de Abaeté e Região. Objeto: doação de 1 microcomputador Zenith. Licitação: dispensa.

#### TERMO DE CONTRATO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Ipas - Instituto Paroquial de Assistência Social. Objeto: doação de 1 microcomputador Zenith. Licitação: dispensa.

#### TERMO DE CREDENCIAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Santiago e Santiago Qualifica Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, por inviabilidade de competição nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.